

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Júlio de Sá Bierrenbach II (depoimento, 2006)*. Rio de Janeiro, CPDOC/SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2010. 14p.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**JÚLIO DE SÁ BIERRENBACH II
(depoimento, 2006)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Celso Castro; Julia Galli O Donnell

levantamento de dados: Celso Castro; Julia Galli O Donnell

pesquisa e elaboração do roteiro: Celso Castro; Julia Galli O Donnell

técnico de gravação: Marco Dreer Buarque

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 07/06/2006

duração: 58min

fitas cassete: 01

páginas: 14

Entrevista realizada no contexto do projeto "200 Anos de Justiça Militar", na vigência com o contrato entre o CPDOC/FGV e o Superior Tribunal Militar - STM, entre dezembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração dos originais de um livro sobre a história do Superior Tribunal Militar, tendo como objetivo marcar os 200 anos da Justiça Militar no Brasil. A escolha do entrevistado se justificou por ser ex-ministro do Superior Tribunal Militar.

Temas: Assuntos jurídicos, Atentado do Riocentro (1981), Carlos Luz, Corrupção e suborno, Costa e Silva, Ditadura, Ednardo Dávila Melo, Ernesto Geisel, Governos militares (1964-1985), Henrique Teixeira Lott, Instituições militares, Jaime Portela de Melo, Janio Quadros, Justiça Militar, Militares, Otávio Medeiros, Poder judiciário, Regime Militar, Silvio Frota, Superior Tribunal Militar, Tortura, Wladimir Herzog

Sumário

Entrevista: 07.06.2006

Fita 1-A: Explicação do sistema de escabinato¹ da Justiça Militar; opiniões sobre votos de ministros civis e militares; impressões sobre redução do número de ministros do STM, segundo Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º. 45/2004;² considerações sobre a necessidade de existir uma Justiça Militar especializada dentro do Sistema Judiciário; breve análise sobre o controle externo da Justiça Militar, pelo Conselho Nacional de Justiça; papel da Corregedoria da Justiça Militar; considerações sobre a importância do Superior Tribunal Militar (STM) na história do Brasil; julgamento do caso Riocentro;³ exposição sobre o caso Paulo José de Oliveira Moraes,⁴ considerado o mais complicado que julgou no STM; apresentação de reportagens sobre o caso, publicadas em jornais brasileiros; observações sobre sua experiência como encarregado de Inquérito Policial Militar (IPM) durante a ditadura militar; considerações sobre trechos em que aparece citado no livro *Memórias do esquecimento*, de Flávio Tavares; comentário sobre excessos cometidos nas instalações do Centro de Informações da Marinha (Cenimar); considerações sobre a exoneração do general Ednardo Dávila Melo, do comando do II Exército, em virtude das mortes de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho, em 1976; comentário sobre a demissão do ministro do Exército, Sílvio Frota, pelo presidente Ernesto Geisel, em 1977; sobre o papel do general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, durante o governo do presidente Artur da Costa e Silva; considerações sobre o impedimento do presidente Carlos Luz; comentário sobre apoio que deu à candidatura de Jânio Quadros.

¹ Sistema de composição mista do STM, que conta com a presença de ministros civis e militares no Tribunal.

² Ver, também, PEC n.º. 29-A/2000.

³ Atentado à bomba praticado no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1981, quando da realização de show comemorativo ao Dia do Trabalhador. O ministro Bierrenbach pediu vista do IPM do Riocentro, após ouvir o voto do ministro Antonio Carlos Seixas Teles, favorável ao seu arquivamento.

⁴ Acusado de assalto a bancos e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Entrevistado: Júlio de Sá Bierrenbach
Local: Rio de Janeiro, RJ
Entrevistador: Celso Castro
Projeto: 200 Anos de Justiça Militar
Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar
Data da transcrição: 28.06.2006
Conferência de fidelidade: Angela Moreira Domingues da Silva
Data da conferência: 25.05.2010

1ª Entrevista: 07.06.2006

C.C. – ...o regime de escabinato, que é uma característica da Justiça Militar brasileira, ter juízes civis e militares.

J.B. – Civil e militar. Não, eu acho o escabinato muito interessante. Primeiro, porque os militares são nomeados ministros no fim da carreira. Não têm o convívio, vamos dizer, com a Justiça, com... Os civis vinham de... Uns, nomeados... mas muitos vinham de juízes auditores, e outros, dos procuradores, com larga experiência de aplicação de Código Penal, Código Penal Militar. E já os militares não. De modo que... E eu falo por mim. Porque eu cheguei e... Eu não queria ir para o Tribunal porque... "Será se eu vou ser bom juiz lá?" Foi o que eu disse para o presidente Geisel. E ele disse: "Não, eu já fui ministro lá. Você vai tirar aquilo... Vai ser..." O que acontece é que a gente chega lá, e uma série de crimes... Por exemplo: às vezes, há um disparo de arma, um disparo acidental. Um civil julgando não sabia como funcionava a arma. O militar, que estava mais... Quantas vezes esclarecemos, na hora de julgamento, certas coisas que acontecem em quartel e em navio, em detalhes. De modo que, o fato de ter civil e militar, eu acho que o Superior Tribunal Militar, se continuar sendo... deve ser assim. Eu sou cem por cento favorável.

C.C. – Não havia divisão nos votos entre militares e civis? Não há?

J.B. – Não. Absolutamente, absolutamente. Isso aí, eu tenho saudades até de vários ministros. Hoje, estão quase todos falecidos. Funcionaram no [inaudível] e nos esclareciam. Funcionava perfeitamente bem. E acho que deve continuar assim.

C.C. – Agora, discute-se já há muito tempo a redução do número de juízes, de quinze para onze. Como era antes, não é? O que o senhor acha da redução?

J.B. – Depende de saber como vai ser. Porque são... Hoje, são três do Exército, dois da Marinha e dois da Aeronáutica. São sete. Como é a história mesmo?

C.C. – É, três do Exército, dois da Marinha.... Não, quatro do Exército, três da Marinha...

J.B. – Quatro do Exército, três da Marinha e três da Aeronáutica.

C.C. – E cinco civis.

J.B. – São dez militares e cinco civis. Pelo menos era assim no meu tempo. Não, eu acho... Reduzir como?

C.C. – É, seriam três do Exército, dois da Marinha, dois da Aeronáutica e quatro civis. Como era antes de aumentar.

J.B. – Poderia ser. Poderia ser. Acho que não há... Porque também não tem um movimento muito grande. O que acontece... O que precisa é acabar com a morosidade da coisa, na Justiça de uma maneira geral.

C.C. – É, não só na Justiça Militar.

J.B. – Não, isso aí é outra coisa da... Do Judiciário de uma maneira geral.

C.C. – Mas o senhor acha que é necessário existir uma Justiça Militar especializada dentro do Sistema Judiciário? Porque às vezes se fala em acabar o Tribunal, que podia ser...

J.B. – Eu não acho que deva acabar o Tribunal, não. Porque lá é – justamente por haver civil e militar – para resolver... A Justiça Civil, aqui, resolver certas coisas que acontecem, crimes militares... São decorrência de... Às vezes a gente, como comandante de navio, a gente resolve tanta coisa. O comandante do navio julga o infrator ali, no nível de castigo. Vai ouvir, e o camarada... Porque é o cozinheiro, que ia levando um quilo de carne para casa, não sei o quê e tal. A gente pega: "Vem cá, mas por que você fez isso?" Daí, o camarada vai e conta a história da vida dele, que está passando fome lá com a família e tudo isso. Até a gente ouve, entendeu? No fim, mandava um oficial ir lá ver a situação da família, era precária mesmo. De modo que a gente... Eu conhecia... Eu comandeí navio hidrográfico aí, [inaudível]... sabia o nome de todos eles. Agora, depois a gente, mais antigo, no Tribunal, a gente apara muita coisa assim, porque tem o convívio com a coisa. Eu acho indispensável, entendeu?

C.C. – A experiência da caserna.

J.B. – Ah, a experiência da coisa é indispensável. É indispensável. E mormente havendo civil e... Para não haver excesso de um lado nem de outro, não é?

C.C. – Hoje se fala também do controle externo do Judiciário.⁵ O senhor acha que isso é desejável que exista?

J.B. – Esse controle externo foi uma das perguntas que a doutora tinha me feito aqui. O controle externo. O que acontece é o seguinte: lamentavelmente a gente vê cada coisa no país... A situação de... Depois que a gente viu aí o que passou o Congresso, todos os escândalos. Há desonestidade por aí, de uma maneira geral. O nepotismo, por exemplo, é uma barbaridade. Aquele negócio de ter o juiz que tem o filho, o neto, o bisneto, a mulher... E quando não é, às vezes há troca: um fica com os elementos da família do outro. Isso é o fim da picada, entendeu? Eu tinha escrito até.

C.C. – Se o senhor escreveu, a gente pode datilografar lá, não tem problema.

J.B. – Como?

C.C. – Se está escrito e o senhor puder nos dar, não tem problema, a gente transcreve.

⁵ Realizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

J.B. – Ela tinha feito essa pergunta antes. Olha aí: "Como se faria o controle externo da Justiça Militar? Seria necessário esse controle?" Desde que os ministros da Justiça Militar, civis ou militares, sejam rigorosamente escolhidos e nomeados de acordo com a norma padrão e prestem seus juramentos ao tomar posse, julgo desnecessário o controle externo. É de se esperar que as indicações do Executivo para o cargo não sejam levianas, as aprovações do Legislativo sejam conscientes e a promessa pública e solene do empossado seja verdadeira. Qualquer deslize deve sofrer ação do próprio Tribunal. Mas é difícil. Há corruptos. Há corrupção. Tudo é por causa da corrupção, não é?

C.C. – A Corregedoria do Tribunal age... qual é a função dela, o papel?

J.B. – Não, eu acho que o papel da Corregedoria... Não dão muita bola para a Corregedoria, entendeu? Eu... Já foi extinta, depois mudaram. Aquele caso do dr. Lobão, por exemplo. Esse negócio, o controle externo: o controle externo parece que é falta de coisa, não é? A gente concordar que o órgão precisa... Então, no fim, tudo precisa de controle externo. E a gente vê barbaridades em todos os cantos: na Câmara, no Senado e tudo isso. E na Justiça também há uma porção. Precisa o brasileiro se compenetrar um pouco mais e acabar com a corrupção. É impressionante, não há o que acabe. Nós tivemos... A Revolução ia acabar também com tudo isso, e deu no que deu, não é? Eu, francamente, eu acho a questão do... Eu, em Santos... Aliás, eu declarei isso, e foi publicado lá. Em Santos e depois, no Tribunal. Quando eu assumi a Capitania, com aquilo tudo parado, que eu fiz intervenção em todos os sindicatos lá, me perguntaram. Perguntaram... Era corrupção e comunização também. No fim do ano, quando eu saí de lá e que eu prestei uma declaração, me perguntaram coisas... Eu cheguei à conclusão que 5% era comunismo e 95% era corrupção, aquele negócio. E é tudo assim. É lamentável. O país não toma jeito. É triste, mas é verdade. Estamos falando aqui.

C.C. – É, isso é.

J.B. – Para que controle externo? Imagina um controle externo de um tribunal. Se o tribunal... É de se supor que o tribunal é constituído de elementos escolhidos, selecionados etc. e tal, um pessoal em auge de carreira, não é? Se o tribunal não funciona direito, precisa um outro para controlar? E controlar sob que ponto de vista? De erros jurídicos? Já é um tribunal. Já é uma instância superior.

C.C. – Da sua experiência, a sua passagem pelo Tribunal, qual é a sua visão sobre a importância do Tribunal na história do país?

J.B. – É, o Tribunal está completando dois séculos, não é?

C.C. – É.

J.B. – Indiscutivelmente, o Tribunal é importante. Porque com todo o Tribunal, com todos esses freios... Porque a Justiça é um freio, não é? Cada instância é um freio. Com todos os freios, nós vemos uma porção de coisas no país que a gente não queria ver, vamos dizer. E imagina sem os freios! Eu acho que o Superior Tribunal Militar é indispensável. Eu não queria ir para lá, mas fui. E gostei. Apesar de todos os... de tudo o que assisti e vi lá, eu gostei do Tribunal. Gostei porque muita coisa a gente segura lá. Inclusive, os excessos da Revolução.

C.C. – Só para encerrar, o senhor mencionou no início o caso do Paulo José de Oliveira

Moraes...

J.B. – Ah, esse caso... É, isso aí, sucintamente... Porque eu já tinha prestado declarações, inclusive lá. Deve ter o caso do Paulo José. Depois eu descobri aí... Eu tinha escrito isso aqui, porque ela perguntou. Depois eu vi que...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.B. – ...longamente eu descrevi. Mas aqui está um negócio abreviado. Isso é interessante. Porque ela falou se o caso mais difícil era o...

C.C. – É, do Riocentro.

J.B. – ...o do Riocentro.⁶ E o do Riocentro, aqui eu digo até que foi fácil, não é? É, o do Riocentro... Eu já dei o do Riocentro aqui? Não, não é? Não acho que o caso do Riocentro tenha sido o mais difícil. Até posso dizer que foi dos mais fáceis, dadas as evidências que carregava. Trabalhoso ele foi, uma vez que o presidente... que o Poder Executivo de então tudo fez para abafar o assunto. Tive que enfrentar, além das incongruências do relatório e da solução do IPM, longos pareceres desqualificados de primeira e segunda instância. E vai por aí adentro e cai naquele caso que o senhor sabe. Agora, então, vamos ver o negócio do Paulo José de Oliveira Moraes. O caso do Paulo José de Oliveira Moraes ocupou os jornais aqui, era manchete dos jornais – ligeiramente, eu vou mostrar – porque atacou o negócio de tortura e sevícia, aqui no Rio. E depois, o que eu tinha falado se referia a caso do Rio, já pegaram em São Paulo. Tinha casos... Tinha aquele coronel Erasmo, era o Secretário de Segurança, e a imprensa paulista toda caiu em cima. E houve quem pensasse que a gente estava se referindo... Não tinha nada com São Paulo, entendeu? Mas foi um freio. Isso aí eu não tenho dúvida. O caso do... É interessante o seguinte... O caso mais complicado que enfrentei foi o de Paulo José de Oliveira Moraes, membro de uma quadrilha de assaltantes de bancos e réu em vários processos, incurso na Lei de Segurança Nacional, Decreto-Lei 898 de 69. De um modo geral, acredito que esse foi o melhor serviço que prestei à Justiça Militar. Não foi o do Riocentro, não. Eu acho que foi esse aí. Teve ampla repercussão, e, não tenho dúvida, reduziu muito a prática de torturas e sevícias nas delegacias policiais de vários estados do país. Desde o convite feito pelo presidente da República até a minha posse como ministro do STM, em 27 de junho de 77, em todos os tempos disponíveis passei a estudar as leis e os códigos que deveria cumprir. Ouvi de vários advogados que nos julgamentos em segunda instância, isto é, no Tribunal, os juízes devem se restringir ao que consta dos autos. Mesmo depois de assumir o cargo, várias vezes ouvi: "O que não está nos autos não está no mundo." Eu ouvia isso. A gente pega em segunda instância, vai... Isso era a tônica. Agora, veja o que é que aconteceu. Num dos primeiros processos que recebi, estudei a apelação 41.264, de Gualter Godinho e Júlio Bierrenbach, eu era o revisor. O ministro dr. Gualter Godinho era o relator e eu, o revisor. O réu era Paulo José de Oliveira Moraes, acusado de um assalto a banco, em 8 de abril de 75, e preso em 16 de maio daquele ano, em Nova Iguaçu. Resumindo o caso, em ordem cronológica, constava dos autos: em 18 de junho de 75, os autos foram remetidos pelo delegado de Alcântara e São Gonçalo ao juiz auditor, que os baixou à mesma delegacia para prosseguir nas investigações. Em 14 de julho de 75, o processo dá entrada na 2ª Auditoria de Aeronáutica, no Rio. Em 28 de julho de 75, os autos voltam à delegacia de Alcântara, depois de o promotor concordar com o pedido de baixa e do despacho do juiz. Em 29 de julho de 75, o investigador participa ao delegado que se encontrava preso no Dops [inaudível] o réu confesso Paulo José de Oliveira Moraes. O delegado determina que o réu

⁶ Para maiores informações sobre sua participação no processo do caso Riocentro, ver BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

fosse submetido às medidas legais. Está entre aspas. No mesmo dia 29, Paulo José foi interrogado na delegacia pelo delegado e prestou declarações ricas em detalhes sobre o assalto, apontando os dois companheiros: Valdemir Adaíde Camargo, vulgo Ademir Garoto, e Adélio Dionísio, vulgo Delinho. Em 24 de agosto de 75, o delegado oficia o juiz e participa que Paulo José tomou parte real e ativamente no crime e solicita a sua prisão preventiva. O delegado só não participou que as declarações do réu foram tomadas vinte e dois dias antes. Digo eu: nesse período de quatro semanas, as principais marcas de sevícias praticadas no réu estavam diluindo. Em 2 de setembro de 75, os autos foram recebidos na Auditoria, cinco semanas depois das declarações de Paulo José. Em 29 de setembro de 75, o réu Paulo José foi removido para o presídio de Água Santa. Em 7 de outubro de 75, o juiz auditor recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva dos três – aquele Paulo José, o Valdemir e Adélio Dionísio –, marcando o dia 16 de outubro para interrogatório. Em 16 de outubro, 79 dias após o interrogatório no Dops do interior, o réu Paulo José teve o primeiro contato com o Conselho Permanente do Cisa, na 2ª Auditoria da Aeronáutica, em estado lastimável. Declarou que foi torturado no Dops, que as testemunhas foram arrumadas pela polícia e que os nomes dos companheiros citados foram arranjados pela polícia. Retratou totalmente a confissão existente no processo feito no Dops de Niterói. O advogado de ofício pediu o exame de corpo de delito, aprovado unanimemente pelo Conselho Permanente, inclusive pelo promotor, que devia acusar. Em novembro e dezembro de 75 e em janeiro de 76, várias vezes – isto está no processo – o juiz auditor se dirigiu aos órgãos da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro solicitando o exame de lesões corporais de Paulo José, sem obter resultado. O réu foi várias vezes transferido de presídios. Então, vinha o ofício, ia bater na Secretaria de Segurança, mandavam para o presídio... "Não é paciente desse presídio." Transferiam a coisa, não é? Agora, veja o que aconteceu: o réu foi várias vezes transferido. Em 14 de fevereiro de 76, o juiz obteve como resposta a informação que o diretor do Instituto Médico Legal estava de férias, por isso não podia fazer o laudo do exame de corpo de delito. Em 23 de fevereiro de 76, finalmente o Instituto Médico Legal mandou dois laudos: um, datado de 23 de outubro de 75, e outro, de 14 de novembro do mesmo ano. Bom, o que acontece... E eu tinha estudado esse processo, porque eu era o revisor. Foi logo que eu cheguei ao Tribunal. Como revisor, eu tinha estudado minuciosamente esse processo e ficado impressionado com o procedimento da polícia em Alcântara e São Gonçalo e do Dops do interior. Além de massacrarem o indiciado, levaram vários meses para cumprir as determinações da Justiça sobre o exame de corpo de delito. No exame do processo, eu fixei o nome do réu, Paulo José de Oliveira Moraes, as datas de sua prisão, 16 de maio de 75, e de sua [inaudível] na polícia, em 29 de julho do mesmo ano. Na sessão de 19 de setembro de 77, no meu segundo mês em efetivo exercício do cargo de ministro do STM, antes de ter sido julgado o processo – esse processo que eu falei que tinha estudado e que havia enviado ao relator, o ministro dr. Gualter Godinho – entrou em julgamento uma outra apelação, a 41.064, do ministro Rui e o brigadeiro Faber Cintra. Atento ao relatório do ministro dr. Rui Pessoa, ouvi que o mesmo réu, Paulo José, era indiciado nesse outro processo, que estava em julgamento na hora, também por assalto a banco, tendo sido condenado à pena de dezessete anos de reclusão, como revel, em primeira instância, no dia 23 de setembro de 75, depois de ter sido chamado por edital. Eu ouvi aquilo... Condenado como revel, quer dizer, foi chamado, não compareceu, e no dia 23 [de setembro] de 75 foi condenado. Então, digo eu... Aí tem um trecho que está no... Se Deus não me deu boa... outros atributos, me deu excelente memória. De modo que eu cheguei e disse: "Senhor presidente, senhores ministros" – até essa frase minha ficou célebre lá no Tribunal – "eu ousei dizer que sei onde estava Paulo José de Oliveira Moraes quando foi chamado por edital e condenado à revelia a..." A dezessete anos de prisão, parece que tinha sido. Eles ficaram olhando para mim. Eu disse: "Eu estou cansado de ouvir que o que não está nos autos não está no mundo, que o juiz em segunda instância deve se ater aos autos. Mas que juízo Vossas Excelências fariam de mim se daqui a uns dias eu for relatar o outro processo e

provar que esse réu, desde... foi preso em maio e ficou até o ano seguinte, e passou por uma Auditoria da Aeronáutica, em outubro, todo arreventado, com fraturas e coisa. E que o próprio Instituto Médico Legal, apesar de sonegar a coisa, acabou dizendo coisas que devia ter sofrido há cinco meses atrás." E tem o laudo, então, que tem tudo que ele sofreu. Ele tinha marca pelo corpo todo, não é? Aí o Tribunal anulou o processo, apesar... a partir da chamada por edital. Anulou para julgar de novo. E ficou para depois do... Depois ainda apareceu um outro, o outro processo. Esse caso, eu digo que foi um bom serviço porque as polícias aí ficaram... vendo que a gente checava tudo. Eu sei que já está na hora dos senhores irem embora, mas aqui o negócio... Esse caso eu acho o mais importante. Eu já disse mais de uma vez isso aí. Deixa ver se eu pego aqui um trechinho só para mostrar. Acontece que em outros processos... Nesse que eu li, aparecia ele e mais dois: o Valdemir... Aqueles dois que eu citei, entendeu? Apareceu o nome dos dois. Aí, de uma maneira geral, quando aparecia um processo de Paulo José, os colegas mesmo perguntavam: "Bierrenbach, onde é que estava o Paulo José no dia tal?" Eu disse: "Preso." Ele disse: "Poxa, tem um outro assalto aqui atribuído a ele." No Tribunal, naquele semestre o assunto foi o Paulo José. Daí, os outros dois que aparecem aí no processo apareceram em outros processos também. Aí, em dois processos diferentes, eu encontro o atestado de óbito de um e do outro, e mais de um terceiro que estava no... Era uma quadrilha. Eram assaltantes, eram bandidos. Mas para eles, é como eu dizia, havia a Lei de Segurança Nacional, dura e tal, e para a polícia que praticou a coisa? Então, foi quando publicaram que eu tinha descoberto que havia um Esquadrão da Morte aqui. Isso foi rumoroso aqui. Num minutinho eu resolvo logo isso. Eu acho que esse aí foi um momento, até certo ponto, histórico do Tribunal, porque só se falava nisso. Eu vou mostrar as manchetes dos jornais todos, daqui e de São Paulo. É, então: [lendo] "Dentre os primeiros processos que recebi, a apelação... No dia 19 de setembro..." Foi aquilo que eu li. "Se Deus não me deu outros atributos, foi pródigo quando me concedeu memória. Segundo o processo que eu havia estudado, a apelação número tal, tal, Paulo José estava preso desde maio, e não tinha condições de ser apresentado a uma Auditoria para ser julgado em agosto e setembro daquele ano de 75 por ter sido massacrado pela própria polícia durante o período de prisão, conforme provaram os autos." Eu estava no segundo mês em exercício no Tribunal. "O que não está nos autos não está no mundo", eu já disse aí. "Eu ousou declarar...", isso eu também já disse. "Expliquei, então, conforme os autos do processo..." Eu quero abreviar. Página quatorze: as três mortes. Vamos lá então, página quatorze. Estava tudo escrito já. Aí eu disse: [lendo] "Não condeno o réu porque tenho certeza que foi barbaramente seviciado." Isso já na outra coisa. "Na sessão de julgamento desse processo, ao votar pela absolvição dos réus, expus aos meus eminentes pares a minha convicção. Eminentemente ministros acompanharam o meu voto, mas a sentença apelada foi confirmada, e mantida a condenação dos réus. Esse voto então é uma homenagem aos ministros que me acompanharam na absolvição." Foi do segundo... porque uns absolveram e os outros não. "Entre crimes e inúmeras irregularidades que constatei nos processos consultados, apontando os nomes de delegados e policiais envolvidos que constam dos autos, destaco o seguinte trecho macabro desse meu voto vencido: como pode Ariosvaldo ter aparecido morto na favela de Manguinhos, em 6 de dezembro de 75, se estava preso e prestou declarações constantes nesse processo? Sem ser policial, apenas manuseando processos neste STM do Planalto Central, também tenho informações a prestar a autoridades do estado do Rio de Janeiro que sugerem a apuração de responsabilidade. Somente nos processos das apelações – tem duas apelações aqui que eu cito – com certidões de óbitos, concluímos a seguinte seqüência de falecimentos de indiciados nesses processos, o que ocorreu no intervalo de cerca de 100 horas: em 6 de dezembro de 75, às dezoito e trinta – está lá, em atestado de óbito – Ariosvaldo Santiago Viana, baleado na favela de Manguinhos. Em 8 de dezembro de 75, às quatorze horas, Valdemir Adaíde de Camargo, atirou-se da ponte Rio-Niterói. Em 11 de dezembro de 75, às três e trinta minutos, Adélio Dionísio, baleado na estrada Porto Nacional. Sei que esses indivíduos constituem um grupo de

marginais, assaltantes de banco, mas para eles a Justiça dispõe da Lei de Segurança, com todos os seus rigores, apenando desde um mínimo de dez anos de reclusão à pena de morte, em grau máximo, se da prática do assalto resultar outra morte." Isso aí era uma das agravantes, não é? "Paulo José é um dos poucos desse grupo que está sobrevivendo, com as marcas em seu corpo de passagem pelo Dops de Niterói, já condenado a 75 anos de reclusão. Está, portanto, devidamente punido. E os responsáveis pelas mortes acima?" É impressionante, apareceram mortos. Agora, eram presos de Lei de Segurança...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.B. – É impressionante, apareceram mortos. Agora, eram presos de Lei de Segurança Nacional, entendeu? Não tem conversa. Eu dizia que... Até ia a julgamento. Aparece um boiando, um corpo boiando no... Aí o pessoal do Codi... Na baía de Guanabara. Suicídio, da ponte. Como é que um preso, um preso de Lei de Segurança, foi se matar? E isso aí eu relatei lá para o Tribunal. E isso deu a maior onda de coisa...

C.C. – Então, foi o seu...

J.B. – Agora, só mostrando...

C.C. – Esse foi o caso mais difícil para o senhor, não é?

J.B. – Ah, eu acho que foi o melhor serviço que eu prestei. Acho que foi o melhor serviço que eu prestei. Porque o que acontece é o seguinte: acabou-se a pancadaria e a irresponsabilidade [inaudível]. É, aqui...

C.C. – O senhor tem recortes de jornais.

J.B. – Tenho. Tenho recortes. Olha aqui, editorial de *O Globo*, que depois me disseram que era do próprio Roberto Marinho, esse... Mas os jornais todos. Eu recebi jornal do Brasil todo. "Repúdio à violência", foi esse o meu voto. Eu disse isso tudo aberto. "Inteligência contra a violência", primeira folha de *O Globo*.

C.C. – Isso é de que dia?

J.B. – Hein?

C.C. – O senhor tem anotado o dia?

J.B. – Tem. Tem aqui. Eu lhe dou isso aqui para levar, se quiser.

C.C. – Não, não precisa.

J.B. – "Superior Tribunal Militar comprova e condena torturas", *Jornal da Tarde*, em 20 de outubro de 77. Cita esse negócio todo. *Correio Brasiliense*: "Bierrenbach pede no STM o fim de tortura policial aos prisioneiros." *Correio Brasiliense*: "Almirante quer acabar com a tortura de presos na polícia." "Uma crítica acompanhada por unanimidade no STM", *Folha de São Paulo*.

C.C. – E foi unanimidade mesmo? Todos os seus colegas acompanharam?

J.B. – Ah, acompanhavam. A evidência... Então, eu disse: "Não, eu agora cheguei aqui, eu tenho que julgar a coisa aqui. Como é que eu, sabendo que o camarada estava preso, vou condenar por não ter comparecido a...?"

C.C. – Isso teve algum efeito sobre os policiais ou sobre aquelas pessoas que...?

J.B. – Ah, isso aí foi uma luta! Porque o que acontece é o seguinte: aí o Tribunal mandava o acórdão para o governo do estado do Rio. O governo do estado do Rio, o secretário de Segurança era um general, entendeu? Mandava para apurar e tal. Nunca, nunca tivemos resposta. E daí já era o Tribunal todo acompanhando. Mas, impressionante, impressionante, nunca mandou, nunca apurou coisa alguma, entendeu? No fim, o Tribunal resolveu mandar para o Armando Falcão, que era ministro da Justiça, para apurar a coisa. Mas o fato é que a pancadaria parece que tomou jeito.

C.C. – O senhor acha que teve um efeito, então, de assustar as pessoas, os policiais que...?

J.B. – Não, aí eu citava. No acórdão, eu citava: "O delegado fulano ouviu o fulano de tal. E não ouvia as testemunhas do banco do assalto." Apareciam camaradas lá que diziam: "Ah, era esse." O reconhecimento do... Tinha reconhecimentos, e não era pelo pessoal que foi assaltado, era por pessoas estranhas. É incrível! O que eles fizeram aqui em Niterói foi uma coisa louca! Olha, *O Globo*: "O STM absolve o acusado e manda apurar denúncias de sevícias." Aqui dá o voto do... O voto do revisor, transcrevendo em *O Globo*. "Bierrenbach pede o fim de torturas", esse é *O Estado de São Paulo*. São jornais diferentes, entendeu?

C.C. – É, teve repercussão nacional.

J.B. – Teve. Pois é. "O STM confirma tortura a presos", não tinha como, *O Estado de São Paulo*. O meu chefe de gabinete é que tomava nota. *Folha de São Paulo*: "Bierrenbach condena tortura." *Folha de São Paulo*: "...repudia violências." "Ministro do STM adverte sobre métodos de fabricar culpados." Para limpar a pauta deles e para serem promovidos e tal. Eles descobriam. Descobriam tudo, e o infeliz lá é que pagava por tudo. Eram assaltantes. Eles não prestavam também. Mas não era por isso que... "Uma crítica acompanhada por unanimidade no STM", *Folha de São Paulo*. "Bierrenbach pede o fim da tortura." "Almirante quer acabar com tortura de presos", *Correio Brasiliense*. Esse eu já li. "Superior Tribunal comprova..." O Tribunal... O Tribunal todo me acompanhava, no tempo do Hélio Leite. Depois, apareceu no jornal: "O [inaudível] do coronel Erasmo." Aí, politicamente, os políticos de São Paulo, como esse coronel Erasmo era o secretário de Segurança de São Paulo, chegavam e jogavam para cima dele. "Inteligência contra a violência", esse editorial foi muito bom.

C.C. – De *O Globo*.

J.B. – De *O Globo*.

C.C. – É, o editorial de *O Globo* de 21 de outubro de 77.

J.B. – Foi em outubro. Lembra-se que eu disse que o...

C.C. – E o Frota tinha acabado de ser demitido, não é?

J.B. – Como?

C.C. – O ministro Frota, do Exército.

J.B. – O ministro Frota! Eu...

C.C. – Nove dias antes.

J.B. – Está gravando?

C.C. – Estou. O senhor quer que pare?

J.B. – Eu tenho para mim que quando eu fui convidado para o Tribunal – isso aqui é reservado – o general Geisel já estava cheio com uma série de coisas, inclusive coisas ligadas ao general do DOI-Codi de São Paulo.

C.C. – Do DOI-Codi de São Paulo.

J.B. – Quando apareceu o Herzog morto, e o Fiel Filho. Eu tenho para mim isso. Porque o que acontece é que eles já sabiam que eu era completamente contra a tortura, sevícia. Esse é um livro, *Memórias do esquecimento*, do Flávio Tavares. Sabe quem é Flávio Tavares?

C.C. – Sim, sim.

J.B. – Pois bem. O Flávio Tavares escreveu um livro... Ele foi trocado aí pelo embaixador. Conhece a história toda, não é? O Flávio Tavares vai e bota no livro dele... Eu fiz um inquérito, antes de ir para o Tribunal, quando eu era diretor de Hidrografia. Tinham os primeiros marinheiros presos, daquele bolo de sindicato, de... Estavam presos nos dois presídios ali da... o Dias Moreira e o Frei Caneca. E eu fiz o inquérito lá. Fiz o inquérito e constatei uma porção de irregularidades. Eu, como almirante, ia lá e dizia... Eu ia só com o meu escrivão, entrava lá e fazia o inquérito lá dentro. E era outra balbúrdia. Era impressionante. O sistema prisional brasileiro é – e deve ser no mundo todo – uma tristeza louca. Mas aí, o que acontece... Como diretor de Hidrografia, o pessoal ia... Eu chamava os camaradas para depor lá. Era um inquérito sério. O que acontece é que um companheiro do Flávio Tavares, um amigo do Flávio Tavares... Ele disse que foi ele que compareceu lá – página 97 e 98. Isso é só para... Eu nunca fui do Cenimar. Então, ele vai e escreve... Ele esteve no DOI-Codi, do Exército, onde apanhou muito. E no inquérito... Ele fazia parte da coisa, mas eu chamei outro. E tudo que ele conta aqui aconteceu com o Pedro Viegas, que era um companheiro dele, entendeu? Então, ele vai e diz umas coisas aqui... "Entro pela porta principal do Ministério da Marinha. O Centro de Informações da Marinha, o Cenimar, tem fama de tétrico e perfeito. E para lá me levaram algemado, num Fusca. Mas eu nem chego a pensar nisso, tal a minha euforia ao ver de novo gente na rua." Ele estava saindo do DOI-Codi. "Os prédios na avenida Presidente Vargas..." E conta uma porção de coisas. Depois vem: "Entro pela porta principal do Ministério da Marinha e todos me olham no saguão repleto. Como eu não sei, levam-me a um salão luxuoso, com lustres de cristal e uma comprida mesa vazia, em cuja toalha de linho branco há vestígios de que comensais saíram há pouco. Um garçom de luvas brancas põe à minha frente dois pratos de bordas douradas e seis talheres de prata, e serve-me a água num cálice de cristal e traz pãozinhos torrados e tabletes..." E vai por aí afora. Depois, lá adiante ele diz... Ele esperou algum tempo e tal. "Sozinho, fico sentado, sem me levantar da cadeira... A tediosa espera me faz chegar sem defesas ao interrogatório. Sentado numa mesa com dois ajudantes, o almirante Júlio Bierrenbach..." Ele me dá como diretor do Cenimar. Eu não era diretor do Cenimar. Eu era

diretor de Hidrografia, e era na ilha Fiscal. Sabe a ilha Fiscal, não é? Era bonito aquele prédio. E eu fiz o inquérito. Agora, eu fazia o inquérito, e quando me avisavam que o almoço estava pronto, o camarada que estava sendo inquirido, fosse quem fosse, eu dizia: "Vamos almoçar juntos." E ia, com o escrivão do inquérito e o meu ajudante-de-ordens, e dizia: "Durante o almoço ninguém fala em crime nem nada. Fala sobre o que quiser, menos..." E era assim que eu tratava do... nesse inquérito que eu ouvi uma porção de gente. Bom, "...e interroga-se então sobre a fuga da penitenciária, o Movimento de Ação Revolucionária e os ex-marinheiros e fuzileiros, que já estão nisso desde os velhos tempos de MNR. A interpelação é minuciosa, mas sem violência." E vai: "Em função do que eu digo, um dos ajudantes toma nota. Caio em contradição." E eu me lembro desse... O camarada vai e me diz... Eu disse: "Vem cá, como é que foi coisa?" Porque eles fugiram de um campo de concen... de... em Magaratiba. Eu vou e pergunto a ele: "Então, conta a história." E ele contou e tal. E depois... É a tal história, quando a pessoa está mentindo, está inventando... A pessoa que viveu o caso conta o caso depois. Agora, quando a pessoa inventa a história, a coisa, cai em contradições. E foi o que aconteceu com ele. Eu disse: "Mas, vem cá, conta aquela história de novo." Aí ele conta de maneira diferente. O resultado então é que... "A tediosa espera me fez..." Mais aqui adiante: "Como caio em contradição e apelo para 'não me lembro', o ajudante do capitão antipático" – tinha um ajudante que ele achava meio [inaudível] – "consulta fichários etc. O almirante se irrita com minhas respostas, mas não passa de descompostura verbal." Então... E lá adiante eu disse: "Você está faltando com a verdade." Então ele diz, no fim aqui: "Ileso, sem um empurrão, retorno ao quartel e sussurro a mim mesmo que prefiro o terror boçal do..." – lá do Exército – "àquele polido interrogatório da Marinha, que não me tocou o corpo, mas do qual saí desfeito. No quartel já tinham servido o rancho e não jantei. O banquete na Marinha fora tão perfeito e indigesto que tudo me doía por dentro." ⁷ Ele cita isso. Bom, mas ele citou isso aí... E eu estou citando isso aí porque eu tinha a fama de que fazia o inquérito e ninguém tocava no preso. Eu não deixava. Porque no Cenimar tinha gente que se excedia: batiam em preso lá. Às vezes... Eu

⁷ "O Centro de Informações da Marinha, Cenimar, tem fama de tétrico e perfeito, e para lá me levam num Fusca, algemado e descalço, mas eu nem chego a pensar nisso, tal é a minha euforia ao ver de novo gente na rua, os prédios da avenida Presidente Vargas e o centro da cidade ou, de soslaio, as águas da baía de Guanabara. Entro pela porta principal do Ministério da Marinha e todos me olham no saguão repleto de gente. No elevador, apenas eu e os meus três 'guardas' em trajes civis e engravatados, enquanto a turba aguarda paciente, sem reclamar. Como não almocei, levam-me a um salão luxuoso, com lustres de cristal e uma comprida mesa vazia, em cuja toalha de linho branco há vestígios de que os comensais saíram faz pouco.

Sou o único à mesa imensa. Um garçom de luvas brancas põe à minha frente dois pratos de bordas douradas e seis talheres de prata. Serve-me água num cálice de cristal e traz pãezinhos torrados e tabletes de manteiga, apetitosos mas inúteis, pois as algemas me impedem de junta-los para levar à boca.

(...)

Depois, espero e espero num cubículo com três máquinas de telex que, de tanto em tanto, recebem mensagens. Sozinho, fico tentado a me levantar da cadeira e ler o que dizem – serão os tais agentes do Cenimar espalhados pela cidade? –, mas desisto com medo de que me vigiem. A tediosa longa espera me faz chegar sem defesas ao interrogatório: sentado a uma mesa com dois ajudantes, o almirante Júlio Bierrenbach me interroga sobre a fuga da penitenciária, o Movimento Ação Revolucionária e os ex-marinheiros e fuzileiros que 'já estão nisso' desde os velhos tempos do MNR. A indagação é minuciosa, mas sem violência e os interrogadores não vestem farda. Em função do que eu digo, um dos ajudantes ouve a fita de um imenso gravador e passa o audiofona ao almirante: estão cotejando meu depoimento com o de outros presos e cada vez me sinto mais encurralado.

Caio em contradições e apelo para o 'não me lembro'. O ajudante, um capitão de tez clara, antipático e organizado, consulta um fichário, volta ao gravador e cochicha ao almirante, que se irrita com minhas respostas, mas não passa da descompostura verbal.

(...)

Ileso, sem um empurrão, retorno ao quartel e sussurro a mim mesmo que prefiro o terror boçal do PIC àquele polido interrogatório da Marinha, que não me tocou o corpo, mas do qual saí desfeito. No quartel já tinham servido o rancho e não jantei.

O banquete da Marinha fora tão perfeito e indigesto que tudo me doía sem ter apanhado." Ver TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 103-107.

briguei até com o ministro por causa disso. Bom, aí, quando o Geisel me convidou, eu tenho para mim... Apesar de que vocês têm aqueles livros que escreveram, *Os anos de chumbo*, não têm? Não foi o *Os anos de chumbo*?

C.C. – E tem os do Geisel também.

J.B. – É, você tem os depoimentos. Tem o do Geisel, que admite que às vezes é preciso bater num preso, ou qualquer coisa assim que ele diz lá. Mas eu, com toda franqueza, depois do que ocorreu, eu cheguei à conclusão que, por causa de depoimento como esse e da fama que eu tinha de que o preso era intocável – e é mesmo, eu acho –, aquele convite, aquela insistência e tal... E ele chegou lá e disse: "Não, você vai se dar bem lá. Nós precisamos de você lá." Depois houve o caso da substituição do ministro do Exército. Conhece bem o caso da substituição do general, não é?

C.C. – Sim.

J.B. – Tinha havido o caso DOI-Codi, em São Paulo. Já tinha sido substituído o general Ednardo, que era o comandante da... Porque apareceu... E não foram só aqueles dois mortos, não, hein. Depois eu tive notícia que houve mais gente morta lá. Não era só o Fiel Filho e o... Mas o que acontece é o seguinte: eu tenho a impressão que ele já estava cheio daquelas notícias de coisas lá. E me mandou para lá, em parte, sem saber como é que ia evoluir. Porque ele já estava louco para mudar o ministro do Exército. Porque a coisa... não tinha segurado a coisa lá em... Então, é capaz de bater coisa no Tribunal. Isso é suposição. Pode ser até um orgulho meu, uma vaidade de dizer... Mas as coisas aconteceram... Porque depois – lembra-se? – ele quis substituir o... e o ministro não queria sair. Ele vai... O ministro vai, num determinado dia, se não me engano, 12 de outubro...

C.C. – Isso.

J.B. – ...toca a reunir os comandantes de exército. Quer dizer, depois de tudo... Porque saiu isso no jornal. Até palavrão do Geisel saiu no *O Globo*. Lembra-se disso? Ele vai e manda o Hugo Abreu, que era pára-quedista, general, o chefe...

C.C. – O chefe da Casa Militar.

J.B. – ...o chefe da Casa Militar dele... Você não está perdendo muito tempo aí porque a parte de história interessa, não é? Ele manda o Hugo Abreu cercar, lá no aeroporto, os oficiais-generais e os comandantes de exércitos. E em vez de dizer para os comandantes de exércitos... que foram chamados pelo ministro do Exército, em vez de irem para o Ministério do Exército, irem lá para a Presidência. Quando todos estavam lá, aí ele chamou o Frota. Chamou o Frota e disse ao Frota que queria que ele pedisse demissão. E o Frota diz: "Não, eu não quero me demitir." "Então, eu vou destituir você." Foi quando ele destituiu, mais ou menos na presença de... E botou o Bethlem lá, um general que era lá da Amazônia.

C.C. – Lá do Sul.

J.B. – Bom, mas ele esteve na Amazônia. Porque eu já era diretor da Escola de Guerra Naval e fiz uma visita ao Bethlem lá com a Escola de Guerra Naval. E foi o Bethlem. Mas então, aí é que está, ele botou o Frota daquela maneira porque o Frota estava querendo ser o seguinte. E tudo, o Riocentro e tudo isso, era em torno de sucessão. O caso do Riocentro: apesar de o

Figueiredo demonstrar que dava a abertura e tudo isso, deu a anistia e tudo isso, mas o candidato dele era o chefe do SNI. Sabe disso. O... Como é o nome dele?

C.C. – Eu não lembro agora. Eu vou lembrar daqui a pouco. Medeiros.

J.B. – Medeiros.

C.C. – Otávio Medeiros.

J.B. – Era o sucessor que ele queria. Depois não. Depois ele já estava doente. Ele teve aquele negócio e foi mandado para os Estados Unidos. Dizem que três horas depois do meu pedido de vista do Riocentro ele teve aquele... Tem um jornal que diz. "Três horas depois do almirante Bierrenbach pedir a vista do..." Ele teve aquele negócio e acabou indo para a América. Eu não quero ser responsável pela coisa dele. Mas o negócio todo é isso: era a sucessão. E a Revolução, os propósitos da Revolução em 64 eram perfeitos. Eu acho, no meu ponto de vista. Agora, o negócio eram os grupos. O grupo do... O Costa e Silva já não tinha cabeça, já não estava funcionando. O chefe do Gabinete dele era o...

C.C. – O Portella.

J.B. – O Portella.

C.C. – Jayme Portella.

J.B. – O Portella tomou conta do governo. Eu me lembro que uma vez eu, como o comandante do Distrito Naval... Os três comandos esperam o presidente da República, quando vem cá, não é? Eu não era... Eu era o comandante do Distrito Naval? Eu sei que um dia eu vi o Sizen, o general Sizen Sarmento, que era amigo do Costa e Silva, danado da vida. Porque quando o Costa e Silva desceu, o Portella chegou, botou um agasalho e não deixou ele nem falar. Ele já estava doente. Sabe que ele ficou doente uma porção de tempo. Depois é que a Junta assumiu, entendeu? Mas o negócio era o continuísmo. E o continuísmo deu no que deu. Olha, desde 85 que nós estamos tentando tomar jeito, não é?

C.C. – É.

J.B. – Foi eleito o... O Lula foi eleito legitimamente o presidente da República etc. e tal. E agora? Olha em que estado nós estamos. Não, isso aí... A situação é difícil. E o pior é o seguinte, é que francamente eu não vejo um jeito... É desagradável, sabe, para quem chega à minha idade, quase 90 anos. Eu assisti de tudo: eu assisti Jânio, que... Eu embarquei no Tamandaré. Eu saí no Tamandaré, e fui alvejado aí pelo... o Lott. Eu fui contra o Lott. Porque o legítimo... O Café Filho era o vice-presidente da República. Foi quem escolheu o Lott. Depois vai o substituto dele, o presidente da Câmara, o que saiu conosco no... Era legítimo.

C.C. – O Carlos Luz.

J.B. – Então, a gente... "Ah, porque o Lott salvou a pátria." Se o Lott assumisse naquela ocasião, o 64, o que começou em 64, teria começado em 55, com muito mais poder, entendeu? É triste. A gente vê, o Jânio: o Jânio tinha sido um bom governador de São Paulo. Eu pedi... A única licença-prêmio... A gente, de dez em dez anos, tem direito a seis meses de... Tirei licença-prêmio, porque... Com o negócio de sair com o Tamandaré, me mandaram de castigo para Foz do

Iguaçu. Isso, em 1955. Foz do Iguaçu não tinha nada daquilo lá, do que tem hoje, não é? Era melhor do que hoje, porque hoje o contrabando come por lá. Agora... E eu disse: "Eu não tenho dúvida que o Lott vai ser candidato a presidente da República. E eu vou trabalhar pelo outro." Eu dizia para os colegas. Eu, de castigo lá, eu dizia: "Eu vou trabalhar pelo outro. Eu não tenho dúvida que o Lott vai ser candidato." O outro foi o Jânio. Tirei seis meses. A única licença-prêmio que eu tirei foi para ajudar na campanha do Jânio. Eu voei com o Jânio por esse Brasil, entendeu? E o Jânio deu no que eu. Tudo isso, do 64... Tudo isso de 64 para cá é consequência do Jânio, da renúncia dele. Se ele não tivesse renunciado daquele jeito, o rumo seria outro.

C.C. – Foi uma grande decepção.

J.B. – Bom, eu...

C.C. – Mas, ministro, eu acho que cumprimos aqui o roteiro que nós mandamos para o senhor. Se o senhor puder nos dar essa parte, acho que vai ajudar.

J.B. – O caso maior que eu enfrentei foi o de Paulo José. Quer levar isso, leva.

C.C. – Levamos sim.

J.B. – Leva isso.

C.C. – Está ótimo.

J.B. – Inclusive tem os jornais todos, entendeu? Se interessar alguma coisa...

C.C. – Se precisar... A gente vai transcrever e...

J.B. – Aí, para os seus estudos de uma maneira geral, se interessar, eu empresto isso aí, entendeu?

C.C. – Aí a gente combina com o senhor de pegar.

J.B. – Porque o Riocentro...

C.C. – A sua letra está ótima. O senhor diz que a sua letra...

J.B. – Está péssima! Eu estou...

C.C. – Bom, eu vou desligar aqui.

J.B. – Olha, há três anos eu estou tomando cortisona. Há três anos, eu tive... É chato falar em doença, mas é bom a pessoa saber. Eu tive uma febre aqui de 37,5 a 37,8. Aí a minha filha ficou... e o médico e não sei o quê... "Antibiótico." A gente toma aqueles antibióticos. Tomei uma semana o antibiótico, e ficava entre 37,5 e 37,8. Não caía. Uma bela noite, me pegaram e me levaram para o hospital. Lá, Garamicina e tal. Antibiótico na veia. Passei mais uns quatro ou cinco dias assim, e a febre não caía. E me examinaram de todo jeito. E eu em hospital. Até que chegou um bamba lá, porque o meu filho descobriu que era um bamba e levou. Ele foi lá, passou a mão aqui: "Deve ser arterite temporal." É bom a pessoa saber. Chegou lá para o médico e disse: "Tira amostra do... e faz biópsia." Quando tiraram, ele disse: "Não, não precisa

nem biópsia." Virou-se e disse: "Toma hoje 80 miligramas de Beticorten e pode ir para casa. Pode ir para casa porque amanhã não vai ter febre." E eu, que estava há vinte dias com febre, vim para casa. Depois, entrei num regime de diariamente tomar a coisa. Era 80 miligramas; depois, 75; depois... Levei seis meses. No fim de seis meses, suspendeu. Passei uns dez dias – e sempre fazendo exame de sangue antes –, apareceu a mesma febre, da mesma maneira. Daí, ele pegava aqueles livros lá em alemão e tudo isso e dizia: "Eu não vou... Isso não pode voltar. Deve ser do outro lado." Daí passei a tomar outra série de... demorando mais tempo. E hoje eu vivo com 7,5 miligramas de cortisona por dia. E, naturalmente, tomo uma série de outros medicamentos, porque a cortisona arreventa a pessoa. Eu já fiz... Perdi visão, já fiz catarata; já fiz... Estou surdo...

[FINAL DO DEPOIMENTO]